

Da modernidade à pós-modernidade: a inclusividade e a reatualização do mito da Comunhão Anglicana

Carlos Eduardo Calvani

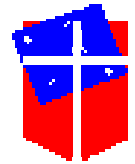
Resumo - A crise da Comunhão Anglicana não é somente teológica ou institucional, mas reflexo da própria crise dos projetos da modernidade. Se há futuro para o anglicanismo esse deverá ser buscado a partir de novos paradigmas, mais coerentes com a atmosfera pós-moderna. Isso implica na revisão de conceitos usuais (*via-media*, autoridade, *Comprehensiveness*) e da própria reatualização do mito anglicano ouvindo os sinais dos tempos.

Introdução

No prefácio escrito para o Relatório de Windsor, o Arcebispo Robert Armagh declara: "Não é novidade na Comunhão haver processos de dissidência, mas isso nunca se manifestou antes com tanta força, nem de forma tão acessível ao exame internacional". As palavras do Arcebispo indicam pelo menos duas coisas importantes: a) o anglicanismo está acostumado a conviver com crises e diferenças de opiniões que geram tensões; b) a conjuntura atual aponta para uma crise sem precedentes na Comunhão Anglicana e, aparentemente, insolúvel.

Os contornos dessa crise começaram a se delinear há cerca de dez anos quando emergiu com força o tema da homossexualidade. Nos últimos anos, o foco das discussões na Comunhão Anglicana ficou concentrado nesse assunto, enquanto temas mais urgentes como a missão e a educação perderam atenção. Alguns líderes, principalmente bispos se apressaram em dizer que a falta de restrições à ordenação de pessoas homossexuais seria uma ameaça à integridade e ao futuro da igreja e que isso, em longo prazo, levaria à extinção da Igreja.

Quando Gene Robinson foi sagrado nos Estados Unidos, eu era pároco auxiliar em uma pequena comunidade em Londrina, no sul do Brasil. A notícia correu rapidamente pela Internet e até mesmo em telejornais de alcance nacional no Brasil.



No domingo seguinte, algumas pessoas de diferentes faixas etárias me perguntaram: "Reverendo, qual é a sua opinião sobre isso?". Eu respondi que respeitava a decisão soberana de uma igreja-irmã e perguntei-lhes de que modo isso afetaria a fé ou o compromisso cristão daqueles que me procuraram. Todos, indistintamente, responderam que, isso em nada afetaria sua fé e prática cristã. Algumas pessoas, particularmente, me disseram que não concordavam, mas que iriam permanecer na comunhão da Igreja porque isso em nada abalava sua fé. Em nenhum momento qualquer dos meus paroquianos disse temer pela extinção da Igreja. De fato, o povo não teme a extinção da Igreja. São os funcionários da instituição que a temem. Nesse caso, o povo demonstra ter mais fé nas palavras de Cristo – "as portas do inferno não prevalecerão contra ela" – que muitos líderes que se vestem de púrpura.

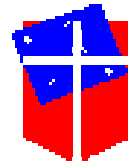
Nossa crise não é apenas teológica, hermenêutica e institucional, mas algo mais profundo, ligado ao mau uso do conceito de Comunhão e reflexo da própria crise dos projetos da modernidade. A Comunhão Anglicana foi gestada na modernidade. Institucionalmente falando, ela é, em si, um produto da modernidade e sua crise revela a própria crise da modernidade. Minha tese é que a Comunhão Anglicana, enquanto corpo institucional é uma das últimas realizações da modernidade no campo religioso. Assim como todos os projetos da modernidade são hoje questionados e se enfraquecem devido às suas próprias debilidades, o mesmo acontece com a Comunhão Anglicana. Desse modo, o desafio que a Comunhão Anglicana tem pela frente é o de ler os sinais dos tempos, compreender melhor a atmosfera pós-moderna e se repensar. Isso exige novos paradigmas e revisão de conceitos.

Pretendo apresentar meu ponto de vista relendo alguns episódios da história do anglicanismo a fim de identificar os principais elementos de nosso mito de origem. A seguir, teço algumas considerações sobre a Comunhão Anglicana como um dos fenômenos da modernidade no campo religioso. Finalmente, retomo algumas idéias da tradição bíblica como fonte de inspiração para a necessária reformulação de conceitos que devemos empreender em nossa eclesiologia.

1. A construção do mito da Comunhão Anglicana

Não estou usando a palavra "mito" tal como o senso comum a entende, mas em seu sentido antropológico, ou seja, uma narrativa que nos remete ao passado e que se destina a explicar simbolicamente as relações sociais do presente.

Três eventos na história do anglicanismo nos ajudam a compreender como o conceito de comunhão variou em nossa história e determinou nosso mito de origem. O primeiro é encontrado já no século XVI. Quando empreendeu sua reforma, a Igreja da Inglaterra estava defendendo sua autonomia administrativa mas não pretendia perder sua herança histórica nem a comunhão com outros ramos do cristianismo que

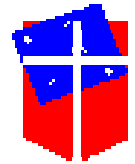


buscavam novas experiências a partir da Reforma. Por isso, o primeiro significado de "anglicanismo" é nacional – trata-se da Igreja do povo da Inglaterra. As diferenças teológicas entre lideranças apegadas ao passado católico e novas lideranças influenciadas pelas linhas reformadas foram aos poucos se acomodando no reinado de Elizabeth. A convivência entre essas diferenças era garantida pelo artigo 34, que assegurava que as tradições e cerimônias não precisavam necessariamente ser as mesmas em todo lugar, mas que podiam se alterar de acordo com a diversidade de países, povos e costumes. Ou seja, na sua raiz, o anglicanismo já traz uma forte disposição para considerar os fatores culturais. Isso permitia aos primeiros anglicanos respeitarem as igrejas do ramo reformado, por entender que nelas também residia a essência da Palavra de Deus, embora sob diferentes autoridades e formas litúrgicas. Ou seja, o importante era reconhecer em outra igreja, a essência do Evangelho. Nesse caso, *o conceito de "comunhão" era de fundo teológico e não propriamente institucional.*

O segundo evento nos remete ao término da chamada "Revolução gloriosa". Passados os acontecimentos ligados à ascensão de Guilherme e Maria ao trono, temos quatro diferentes organizações eclesiásticas: a Igreja da Inglaterra com seus novos monarcas; a nova Igreja estatal escocesa, de regime presbiteriano; os remanescentes da *Ecclesia Anglicana* na Escócia que permaneceram com administração episcopal mas que reformularam seu Livro de Oração Comum e os *non-jurors* que, embora mantivessem o episcopado histórico, não se consideravam em comunhão com Cantuária. Posteriores conflitos entre a Igreja da Inglaterra e o remanescente Episcopal na Escócia fizeram com que clérigos escoceses fossem proibidos de officiar na Inglaterra por cerca de 40 anos, até 1864. *O conceito de comunhão começa a se deslocar das questões teológicas para questões políticas e institucionais.*

O terceiro episódio é mais conhecido de vocês. No século XVIII a independência das 13 colônias provocou novo teste ao conceito de comunhão. Quando os bispos ingleses se recusaram a sagrar Seabury e este foi sagrado pelos bispos escoceses, redigiu-se um pacto entre o remanescente católico da antiga Igreja da Escócia e a Igreja que se organizava no Estado de Connecticut. Foi um convênio entre duas igrejas com forma de governo episcopal e que mantinham tradições recebidas da reforma inglesa. A Igreja da Inglaterra não reagiu bem a essa que foi, de fato, a primeira Comunhão formal e institucional de nível internacional entre anglicanos, mas da qual Igreja da Inglaterra não participava. Isso aponta outra variação no conceito de comunhão entre igrejas que mantém formas episcopais de governo e que herdaram as tradições da reforma inglesa. Sua comunhão não depende necessariamente de vínculos com a sé de Cantuária.

A expansão pelo mundo das igrejas ligadas à herança britânica também trouxe alguns problemas cuja visibilidade se verificou no final do século XIX. Até então, os bispos que lideravam dioceses nascidas dos esforços missionários coloniais britânicos



e de iniciativas missionárias norte-americanas mantinham contatos através de correspondências e informações mas não havia uma estrutura internacional que unisse essas dioceses. O essencial e suficiente era manter certas afinidades litúrgicas derivadas da herança da reforma inglesa e a estrutura de governo episcopal.

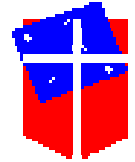
Porém, um pequeno acontecimento que poderia ter apenas repercussões locais acabou por atingir proporções internacionais. J. W. Colenso, bispo sufragâneo da Diocese de Natal, na África do Sul, escreveu alguns comentários bíblicos servindo-se do método histórico-crítico e concluiu que boa parte do Pentateuco surgiu bem mais tarde do que se pensava. As idéias de Colenso são hoje estudadas em qualquer seminário de qualidade sem maiores problemas. Mas, na época, Colenso recebeu o estigma de "modernista" ou "liberal". Processado por heresia pelo Arcebispo Gray, da África do Sul, foi condenado em 1863, mas apelou e venceu num segundo julgamento em 1865. O Arcebispo Gray, inconformado decidiu excomungar Colenso. Neill comenta que "o affair Colenso causou escândalo no mundo anglicano" ¹. Muitas correspondências entre lideranças eclesiais ligadas à Igreja da Inglaterra e de outros países foram trocadas por causa desse episódio.

Mas havia também outras questões sendo discutidas. Alguns bispos da época, preocupados com o que consideravam uma "ameaça" à pureza da Igreja queriam a instituição de um tribunal superior a todas as instâncias nas Igrejas em comunhão com Cantuária, especialmente para punir teólogos como Colenso. A plena comunhão com a Igreja da Suécia era desejo de outros bispos. Alguns queriam o diálogo com as Igrejas Orientais e outros queriam coibir o ritualismo. A revisão do Livro de Oração Comum e da Versão Autorizada da Bíblia, o papel do laicato e a aplicação social do Evangelho também estavam na agenda.

Foi muito difícil convencer a Câmara dos Bispos da Igreja da Inglaterra da importância de tal reunião. Eles temiam que as decisões tomadas por bispos residentes fora da Inglaterra viessem ter conseqüências para a Igreja da Inglaterra. De fato, se fosse um sínodo geral de anglicanos, o que fosse decidido pela maioria se tornaria obrigatório em todo lugar. Então, se isso pesou na resistência contra a convocação de um sínodo geral essas preocupações nos livraram do peso da criação de um organismo internacional com o poder legislativo e ajudaram a Comunhão Anglicana criar um modelo de consulta mútua e fraterna para o governo da Igreja.

Essa disposição se fortalece no compromisso assumido pelos bispos e bispas de preservar a inspiração do Livro de Oração Comum britânico, adaptando-o às realidades locais. Porém, na prática, muitas paróquias em diversos países mantêm comunhão mais íntima com grupos pentecostais de outras tradições ou com setores

¹ Stephen Neill, *El Anglicanismo*. Madri: Iglesia Española Reformada Episcopal, s/d, p. 287.



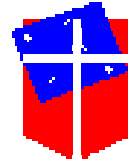
da Igreja Católica. É comum ouvirmos que alguns clérigos britânicos e grande parte do laicato não fazem idéia de que existem "igrejas anglicanas" no Brasil ou na América Latina. Cada província tem suas peculiaridades litúrgicas e éticas. A Igreja da Inglaterra, por exemplo, não realiza casamentos de divorciados e demorou bastante para aprovar a ordenação feminina. Nem por isso declarou ter rompido os laços de comunhão com a Igreja Episcopal dos Estados Unidos ou com a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Muitos anglicanos evangélicos se ofendem quando ouvem notícias de veneração a Maria ou aos santos em algumas paróquias "anglo-católicas" e, do lado oposto, "anglo-católicos" e outros grupos liturgicamente mais conservadores apenas suportam com certo desdém as manifestações extáticas de anglicanos carismáticos.

A recusa da 1ª Conferência de Lambeth de estabelecer-se como sínodo aponta para algo muito positivo em nosso mito de origem: o fato de que, uma verdadeira comunhão não necessita de instrumentos de legislação ou supervisão institucional. Quando começamos a discutir a necessidade de instrumentos legisladores de vigilância e punição, é porque o sentido teológico da palavra "Comunhão" já se perdeu em meio aos interesses políticos.

O nosso mito de origem está ligado a um conceito de comunhão que implica consulta mútua, respeito pelas diferenças e compromissos firmados oficialmente pelas lideranças eclesásticas de manter-se em oração uns pelos outros e buscar formas de apoio mútuo. Quando isso passa a ser substituído por acusações de heresia, é sinal de que o conceito teológico de *koinonia* perdeu seu espaço para os interesses institucionais. Porém, instituições não mantêm comunhão. Instituições mantêm no máximo, acordos bilaterais enquanto for conveniente para ambas. Quem mantém comunhão são as pessoas.

Por esses e outros motivos o que chamamos "Comunhão Anglicana" é um mito que, em seu potencial libertador, convida-nos à inclusividade e a considerar a liberdade de cada grupo que se abriga sob os guarda-chuvas da "Comunhão Anglicana" de viver sua fé em Cristo de modo diferente.

Todo mito é constantemente atualizado pelos ritos. O rito maior que reforça o mito da Comunhão Anglicana continua sendo o encontro dos/as bispos/as em Lambeth. E, como a tendência dos mitos é sempre se repetir, pouco mais de um século após o mito fundante, a "Comunhão Anglicana" é chamada a reviver seu mito de origem, focalizando-se na compreensão teológica da palavra *koinonia*.



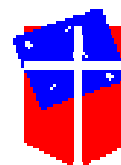
2. A Comunhão Anglicana entre a modernidade e a pós-modernidade

Apesar das muitas diferenças entre os movimentos reformadores do século XVI, é possível encontrar em todos, um elemento comum: foram movimentos típicos da modernidade em seu nascedouro. A Reforma nasceu com a modernidade e a acompanhou, legitimando teologicamente alguns de seus desdobramentos políticos e econômicos.

A modernidade foi pretensiosa. Afirmou-se como “era das luzes”, em contraste às “trevas” medievais. O pensamento moderno a tudo tentou catalogar e definir. A teologia derivada desse otimismo redigiu várias confissões (Westminster, Fórmula de Concórdia, Augsburg, Sínodo de Dort, os 39 Artigos de Religião), todas pretendendo ser a definição correta da fé. São comuns nessas confissões as tentativas ousadas de definir claramente os mistérios de Deus e da vida cristã. No âmbito da vida prática, a mentalidade moderna legislou também a respeito dos padrões litúrgicos. O LOC talvez seja a maior expressão da modernidade litúrgica, mas as demais igrejas oriundas da reforma também tiveram manuais de culto semelhantes.

O maior problema das teologias desenvolvidas nas instituições religiosas nascidas na modernidade é a presunção da totalidade do saber e da apreensão definitiva da verdade. Até hoje há quem pense em teologia como uma coleção de verdades sobre Deus e o plano de salvação revelado nas Escrituras. São teologias marcadas por dois princípios da lógica aristotélica: o princípio da identidade e o da não-contradição. Uma coisa é o que é, e não pode ser outra coisa. Algo não pode, ao mesmo tempo, “ser” e “não ser”. Ou é uma coisa, ou é outra, nunca ambas simultaneamente. Esse é o modelo da busca da verdade por exclusão. Tudo o que não cabe no modelo da identidade e da não-contradição é visto como “acidente” e excluído como algo de menos importância ou expelido como um corpo estranho. Todos os sistemas teóricos edificadas à luz desse referencial – inclusive a teologia – acabam em um dado momento por excluir ou, em linguagem eclesial, “excomungar”, principalmente quando os “acidentes” tornam-se mais frequentes.

Porém, no século vinte, as pretensões da modernidade começaram a se desintegrar. Tal como no mito bíblico de Babel, a modernidade construiu torres com pretensões de univocidade mas essas não suportaram a diversidade. A narrativa da torre de Babel anuncia a desconstrução das pretensões humanas de universalidade e poder. A impossibilidade dos construtores de se entenderem não causa a destruição da torre, mas expõe suas fissuras, suas rachaduras, sua incapacidade de realizar o que pretendia.



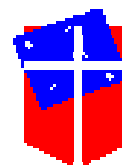
A estrutura internacional que chamamos "Comunhão Anglicana" também tem pretensões de universalidade, mas não suporta as inevitáveis diferenças que surgem da multiplicidade. Isso está bastante evidente em documentos recentes como o Relatório de Virgínia e o Documento de Windsor.

O Relatório de Virgínia, por exemplo, embora fale em diversidade e pluralidade, parece sempre preocupado com as manifestações de diversidade, insistindo na unidade de Deus e não atentando devidamente para o belíssimo significado da expressão grega "pericorése". Embora traga uma extensa teologia trinitária, esse conceito sequer é mencionado no documento. A preposição "peri" pode ser traduzida de vários modos, dependendo do substantivo. Pode significar "em volta", "ao redor", "acerca de", "à margem". Indica certo dinamismo em torno do substantivo ao qual se une. O substantivo "coré" também traz a idéia de movimento permanente e pode significar "dança", de onde procedem as palavras "coreografia" ou "coreógrafo". Atribuído à Trindade, pericorése indica eterno movimento dançante, uma coreografia eterna com movimentos diversificados e surpreendentes. O que distingue e diversifica as pessoas trinitárias é exatamente a força que as mantém unidas. A harmonia pericorética é encontrada na diversidade da dança, seja ela em movimentos lentos ou rápidos. Ballet ou jazz, tango ou samba, dança litúrgica ou um revelatório streap-tease ("tirar o véu"), a teologia afirmou com a palavra "pericorése", que a Trindade "dança eternamente". Porém, em documentos como o Relatório de Virgínia, contaminados pela perspectiva da modernidade, essa perspectiva está totalmente ausente.

O fardo da responsabilidade por preservar a unidade da Comunhão Anglicana, conferiu ao Relatório de Virgínia um tom de excessiva seriedade e peso, distantes da leveza da Trindade dançarina. Nietzsche afirmava: "Eu só poderia crer num Deus que soubesse dançar".² O Relatório de Virgínia quando trata da doutrina da Trindade não enfatiza esse aspecto talvez porque a diversidade e o movimento assustem. É mais fácil definir o que é estático. Tecer a eclesiologia a partir de uma compreensão pericorética da Trindade seria muito mais estimulante e pós-moderno. A diversidade de expressões de fé no anglicanismo particularmente e no mundo cristão em geral deveria ser fonte de alegria e encantamento, ao invés de ser encarada como ameaça de dissolução. A harmonia se revela a quem contempla com os olhos da fé, a dança pericorética das igrejas e não a rigidez e o imobilismo dos que, envelhecidos pelo peso da ortodoxia, ouvem o som das flautas, mas recusam-se a dançar.

O Documento de Windsor segue o mesmo pressuposto das teologias da modernidade. Não adianta muito discutir a teologia expressa na primeira parte. Aparentemente ela é perfeita. Sua argumentação está baseada em regras lógicas de

² F. Nietzsche. *Assim falava Zaratustra*. (São Paulo: Hemus, 1979), p. 31.



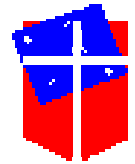
um jogo que vem sendo praticado há muitos anos, denominado "teologia". Os que conhecem as regras sabem como se movimentar em campo. Dentro daquele campo fechado e limitado, nós posicionamos os nossos "jogadores-argumentos" e brincamos de ataque e defesa. Às vezes se ganha, outras vezes se perde. Alguns se chateiam e inflamam a torcida. Mas no final, pouca coisa muda porque as regras são sempre as mesmas. A essas regras nós damos o pomposo nome de "paradigmas", um conteúdo relativamente coeso de pressupostos que se tornaram inquestionáveis.

Na pós-modernidade, porém, é difícil aceitar a inquestionabilidade de certas regras. É bom lembrar que os textos bíblicos, a teologia patrística e os grandes dogmas da fé cristã foram formulados numa época em que o poder e a autoridade históricas eram consideradas derivadas do poder e autoridade divinas. Não é à toa que, para expressar o domínio e o poder de Deus na história, os escritores bíblicos utilizaram a expressão "Reino de Deus", imagem derivada da soberania monárquica. A força do referencial monárquico também provocou longas discussões na época da formulação da doutrina da Trindade e tem acompanhado a teologia produzida na Igreja desde então. Essa é a regra do jogo.

Tomemos, por exemplo, a imagem de uma pirâmide. No topo da pirâmide está a Santíssima Trindade de onde emana todo o poder. Deus Todo-Poderoso é a fonte de todo poder. Ele envia Cristo para efetuar o plano da salvação e Cristo envia o Espírito. Abaixo de Cristo e do Espírito está a Igreja, o povo eleito, que deve "naturalmente" refletir a mesma estrutura piramidal. Deve haver, portanto, um Papa, um senhor todo-poderoso (que no catolicismo até possui o atributo da "infallibilidade") e que, teoricamente, recebeu seu poder diretamente do Cristo. É ele quem distribui esse poder aos seus subordinados, (bispos) que estão num nível inferior. Os bispos, por sua vez, ordenam (conferem poder) aos presbíteros e diáconos. E lá, no fim da pirâmide estão aqueles e aquelas que não têm poder nenhum e que só conhecem o poder que sobre eles e elas é exercido. É o povão. São os leigos e leigas.

Tudo parece muito lógico. O próprio autor de Efésios serve-se dessa lógica: as mulheres devem obedecer aos maridos "porque o marido é o cabeça, como também Cristo é o cabeça da Igreja... e como a Igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo submissas ao seu marido" (Ef 5.23-24). Do mesmo modo, é natural que os filhos obedeam aos pais e os escravos obedeam aos seus senhores. Trata-se de reconhecer a "naturalidade" da hierarquia e das relações de poder. Windsor e outros documentos seguem a "naturalidade" dessa regra.

A pós-modernidade nos desafia a reinventar as regras do jogo. Abandonar essa imagem piramidal, própria de uma época, e buscar outras imagens geométricas e espaciais mais coerentes com os nossos dias. É necessário trocar a pirâmide triangular pelo círculo. Isso não significa abandonar os textos bíblicos, mas reinterpretá-los com novos referenciais. O círculo não admite hierarquia ou poder



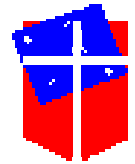
baseado numa relação de cima para baixo. Antes, o círculo pressupõe um centro em torno do qual tudo gira e tudo se expande como numa espiral. O poder e energia divinos, na medida em que se expandem, não apenas criam o universo e a vida, como também dinamizam e enchem de vitalidade os seres humanos, permitindo expressões, relações e articulações diferenciadas. Desse modo, todos os pontos da espiral que se expande a partir o centro, participam daquele poder inicial.

A pós-modernidade não é pessimista. Ela apenas perdeu a ingenuidade e já não acredita mais nos sonhos de arrogância, unidade e poder, de cujo naufrágio participou, mas decidiu salvar-se a tempo, levando consigo o que pode resgatar da esperança. É uma atitude sensível às expressões inevitáveis do acaso, do contraditório e do aleatório. Para nós, anglicanos, que temos nossa identidade forjada nas tensões e contradições, a pós-modernidade representa uma promessa. Talvez alguns pensem ser uma promessa demasiadamente arriscada e perigosa, mas essa é a marca dos que seguem os passos do Pai Abraão: abandonar as certezas de Ur, sair para destino ignorado e descobrir a companhia de Deus em meio às incertezas de um tempo novo.

3. Pistas bíblicas e eclesiológicas para a revisão de nossa teologia.

Geralmente os discursos em prol de da unidade teológica na Comunhão Anglicana e em outras igrejas se baseiam em um equívoco criado por uma leitura superficial da Bíblia que não se aprofunda em questões históricas, por medo ou incompetência. Unidade doutrinária é algo desconhecido do Novo Testamento. Por isso, melhor seria falar sempre em "teologias do Novo Testamento" (no plural), ao invés de em uma única teologia. Desse modo, as tentativas de legitimar interpretações teológicas particulares de um determinado grupo cristão a partir da totalidade dos escritos bíblicos estão, de início, prejudicada e fadada ao fracasso e só encontrará ressonância em comunidades com tendências fundamentalistas ou que praticam leituras superficiais das sagradas escrituras.

Os estudos recentes do Novo Testamento mostram, por exemplo, sensíveis diferenças entre a teologia de algumas comunidades neo-testamentárias e pós apostólicas. No século XIX a escola de Tübingen tentou compreender a multiplicidade do Novo Testamento, sob o prisma do hegelianismo. Ferdinand Christian Baur falou em dois partidos que representariam tese e antítese: petrinismo e paulinismo. O primeiro, representado pelo evangelho de Mateus, a carta de Tiago e as de Pedro; o segundo pela corrente paulina. A obra de Lucas/Atos e as cartas dêuteropaulinas seriam tentativas de acomodação e mediação. Mas a síntese final teria sido alcançada pelo evangelho de João. Segundo Baur, o que estava por trás era um conflito entre o particularismo judaico (petrinismo) e o universalismo (paulinismo).



Hoje essa tese está superada. Não por ter sido considerada totalmente errada, mas por não ter sido suficientemente radical. Ela está certa, pelo menos, ao dizer que houve um processo de acomodação e reconhecimento mútuo das comunidades em meio a conflitos.

Raymond Brown, num estudo extenso sobre o evangelho joanino,³ defende que aquela comunidade precisava de apoio para sobreviver ao ataque dos gnósticos, que também não eram bem vistos pelas comunidades de tradição sinótica e judaizantes. Para sobreviver, a comunidade joanina teve que se incorporar ao grupo que preservava a tradição sinótica, pagando o preço de se submeter à autoridade hierárquica de bispos, presbíteros e diáconos, mas conseguindo preservar sua interpretação particular de Cristo. Sabemos que a narrativa da vida de Jesus nos evangelhos joaninos é totalmente diferente das narrativas sinóticas. Tudo ali está aberto e sujeito à interpretação dos leitores e ouvintes. Não há no evangelho joanino a mesma pretensão manifestada por Lucas de escrever tudo de maneira coordenada (Lucas 1). Ao contrário, o evangelho joanino finaliza dizendo que Jesus fez “muitos outros sinais que não estão registrados ali” (Jo 20.30). Eu diria, com certo anacronismo, que os sinóticos são bastante modernos, enquanto o evangelho de João é totalmente pós-moderno.

Então hoje em dia, há certo consenso entre os estudiosos do NT de que não houve somente dois partidos no cristianismo primitivo, mas vários, com tensões e conflitos. Gerd Theissen⁴ fala em: judeucristianismo, cristianismo sinótico, Paulino, joanino e o cristianismo gnóstico. A síntese que põe fim a esse processo não está representada pelo evangelho de João, e sim pelo cânon. O Corpus joanino não é a síntese, mas parte da diversidade inicial. É com o cânon que a fase produtiva de formação de uma nova linguagem semiótica chega ao fim, embora deixando de lado outros escritos⁵. Conforme Theissen, “a formação do cânon estabelece a linha divisória entre o cristianismo primitivo e a igreja antiga”.⁶

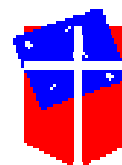
O primeiro conflito interno vivido pelos seguidores de Jesus se deu entre cristãos oriundos do judaísmo e cristãos helenistas. O ponto central era a tradição da circuncisão. No concílio de Atos 15 há nitidamente dois partidos. Paulo e Barnabé

³ Brown, Raymond, *A Comunidade do Discípulo Amado*. Paulinas, 1984, p. 157-169

⁴ Theissen, Gerd. *La Religión de los Primeros Cristianos*. Salamanca, Sigüeme, 2002.

⁵ Uma interessante compilação de livros deuterocanônicos da época do cristianismo primitivo foi publicada em português com o título *Apócrifos e Pseudo-epígrafos da Bíblia* (São Paulo, Novo Século, 2004) e traz o texto completo de textos judaicos, sete escritos sobre a infância de Jesus, doze evangelhos da época (entre eles o de Tomé, o de Felipe, o de Pedro, de Tiago e de Maria), várias epístolas e sete Apocalipses.

⁶ Theissen, op. cit., p. 298.



estão em um deles, representando a comunidade helenista aberta de Antioquia, enquanto Pedro e Tiago representam o grupo de Jerusalém. Mas é bom observar que a decisão conciliar ("que se abstenham das contaminações dos ídolos, das relações sexuais ilícitas, da carne de animais sufocados e do sangue" - At 15.20) nunca foi seguida integralmente ao menos na Galácia, pois mais tarde a carta aos Gálatas mostra que aquela comunidade não deu muita atenção à decisão preferindo tomá-la como uma "recomendação". Klinghardt, Roloff⁷ e Günter Klein⁸ supõem que a decisão de Atos 15.20 teve meramente a intenção de acalmar as correntes cristãs conservadoras de origem judaica que pressionavam o concílio. O próprio Paulo, quando relembra o concílio, acentua não a totalidade da decisão, mas apenas o que lhe pareceu ser mais importante: "recomendando-nos somente que nos lembrássemos dos pobres, o que me esforcei por fazer" (Gl 2.10).

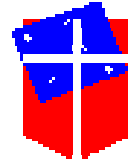
Na Galácia, Pedro e Barnabé compartilhavam na mesa, com gentios, refeições preparadas com alimentos proibidos aos judeus. Roloff argumenta que Tiago, representando o grupo judeu mais radical, foi à Galácia para exigir o cumprimento da decisão conciliar, acompanhado por alguns que Paulo chama "falsos irmãos" (Gl 2.4). Paulo, por sua vez, defende que a participação na mesa não podia ser questionada. Pedro e Barnabé retrocedem e se afastam da mesa gentílica talvez por razões diferentes. Só aí já temos quatro grupos: utilizando terminologia geopolítica, poderíamos dizer: extrema-direita (Tiago e os chamados "falsos irmãos"); dois grupos moderados - um de centro-direita, representado por Pedro que evita conflitos com a extrema-direita e outro de centro-esquerda, representado por Barnabé ("a ponto de o próprio Barnabé ter se deixado levar pela dissimulação deles" - Gl 2.13) e um de extrema-esquerda (Paulo).

No fim do primeiro século, algumas das marcas iniciais do cristianismo começam a ser substituídas por práticas mais convencionais. O carismatismo itinerante começa a ser rejeitado pelas comunidades - a Didaquê, do início do século II já manifesta preocupações e prescreve como se relacionar com os profetas itinerantes; a escatologia perde peso e a voz das mulheres é gradativamente sufocada. A multiplicidade teológica começa a ser ameaçada pelo conceito de "ortodoxia" e, mais tarde, esse prevaleceu.

Em suma, não podemos projetar sobre o primeiro século cristão a situação de uma igreja ideal, tampouco buscar ali o modelo de uma igreja perfeita. Essa igreja perfeita, em que havia plena unidade de pensamento ou mesmo de ética, nunca existiu. Isso é importante para saber que não podemos idealizar a Comunhão Anglicana. Se quisermos ser fiéis ao testemunho bíblico, também não podemos

⁷ Roloff, J. *Einführung in das Neue Testament*, Stuttgart, 1995, p. 87

⁸ Klein, Günther, *Galater 2,6-9 und die Geschichte der Jerusalemer Urgemeinde*. ZThK 57 (1960), p. 275-295



pretender acentuar um único padrão eclesiológico em detrimento dos demais. Tal como os cristãos do Novo Testamento, todos estamos buscando responder à nossa vocação da melhor maneira possível. Nosso desafio é tentar extrair da experiência neotestamentária aquilo que nos falta no momento, bem como identificar nas fraquezas de nossos irmãos e irmãs do passado também as nossas fraquezas e tentar superá-las respeitando e acolhendo outras experiências. Afinal de contas, o importante não é que todos tenhamos as mesmas idéias, mas que reconhecamos, tal como a comunidade joanina, que "há outras ovelhas que não são deste aprisco" e que cabe a Jesus também apascentá-las. Trata-se de compreender que, apesar de nossas diferenças, somos "um só rebanho" e temos "um só pastor".

Conclusão

Qual o futuro da Comunhão Anglicana na pós-modernidade? Talvez aconteça conosco o que, na prática, já ocorre em certas cidades e regiões. No Brasil, por exemplo, há famílias anglicanas que residem num bairro, mas que aos domingos se deslocam vários quilômetros para comungarem em paróquias anglicanas bem distantes de seus lares porque se sentem mais acolhidas e realmente "em comunhão" com aquela outra paróquia. De nada adianta dizer a essas famílias que procurem a paróquia de seu bairro. O povo procurará o espaço onde realmente se sinta em comunhão e quem faz a Igreja é o povo. Talvez o futuro da Comunhão Anglicana seja realmente o fracionamento e o realinhamento de províncias e dioceses que partilhem da mesma vocação missionária, litúrgica e educacional. Talvez pareça pessimismo pensar assim, mas isso, realmente, é comunhão.

Há quem prefira manter a comunhão unida a partir da construção de instrumentos de fiscalização, coerção e repressão. Essa é a pior alternativa possível pois jamais teremos uma comunhão forçada. Será um mero disfarce de comunhão assentado sobre bombas prestes a explodir.

Isso nos indica que é preciso repensar profundamente alguns conceitos que freqüentemente utilizamos em nossas discussões: o mais central é exatamente o conceito de comunhão. Deve-se buscar seu significado teológico e místico e evitar aplicá-lo a relacionamentos institucionais. A partir dele teremos condições de repensar conceitos de tradição, autoridade e inclusividade. Não podemos esperar isso apenas da Conferência de Lambeth, pois os bispos não são a igreja, mas parte dela. Não é deles que vem a legitimidade e o poder da Igreja, mas *através* deles. É certo que a próxima Conferência de Lambeth terá a singular oportunidade histórica de revisar nosso passado e reatualizar o mito maior que nos sustenta: ser uma igreja que, a despeito das diferenças e tensões, sobrevive dando seu testemunho sem se preocupar com definições muito claras e compreensíveis porque se apóia tão somente no amor de Deus que excede toda compreensão humana.